

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Departamento de Patrimônio Imaterial

Marina Duque Coutinho de Abreu Lacerda

Coordenação-Geral de Promoção e Sustentabilidade

Aline Beatriz Miranda da Silva

Coordenação de Apoio aos Bens Registrados/Substituta

Janila Betânia de Oliveira

Edição

Janila Betânia de Oliveira

Revisão de Texto

Joana Soares da Motta

Colaboração

Aline Beatriz Miranda da Silva

Edivaldo Rocha de Souza Meneses

Evandro Domingues

Iury Frutuoso Furtado

Luan Silveira Alves de Moura

Marcelo da Silva Murilo

Martiniano Sardeiro de A. Neto

Tainah Victor S. Leite

Zafenathy Carvalho de Paiva

Reunião ampliada da Salvaguarda do Jongo /RJ

Trata-se de relatório descritivo referente à realização da “*Reunião Ampliada da Salvaguarda do Jongo no Sudeste*”, ocorrida no Rio de Janeiro nos dias 19, 20 e 21 de setembro de 2025, no Museu da História e da Cultura Afro-brasileira – MUHCAB e no Mercado Docas André Rebouças.

1. O bem patrimonializado – O registro e a salvaguarda

O “*Jongo no Sudeste*” foi reconhecido como Patrimônio Cultural Brasileiro em 2005, sendo registrado no *Livro das Formas de Expressão*. Sua área de abrangência inclui quatro estados do sudeste brasileiro: São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro. O registro possui abrangência *regional*.

O jongo é uma expressão cultural afro-brasileira marcada pelo som dos tambores, pela dança em roda e por cantos enigmáticos chamados de pontos. Suas raízes estão ligadas às tradições dos povos africanos de língua banto, trazidos para o Brasil durante o período da escravidão. A prática se consolidou entre os trabalhadores escravizados das lavouras de café e de cana-de-açúcar e, com o tempo, tornou-se uma forma de resistência, de comunicação cifrada e de celebração coletiva. Além disso, é uma manifestação artística que proporciona um espaço de convivência, de transmissão de saberes e de preservação da memória. Os pontos, por exemplo, são versos cantados que podem trazer recados sobre o cotidiano, louvores aos ancestrais, críticas sociais ou enigmas que desafiam quem ouve.

A roda de Jongo costuma se formar em terreiros, praças ou quintais. Os tambores — tradicionalmente feitos de troncos escavados e couro animal — são tocados com força e reverência, eles são considerados sagrados pelos jogueiros e recebem cuidados especiais antes de cada apresentação. Quando os tambores começam a tocar, os dançarinos entram na roda em pares ou individualmente, dançando em movimentos ritmados e, muitas vezes, se aproximando para a umbigada — gesto coreográfico de origem africana que simboliza o convite e a continuidade da dança.

Os instrumentos utilizados podem variar entre os grupos, mas em geral incluem dois tambores — um mais grave (chamado de tambu ou caxambu) e outro mais agudo

(conhecido como candongueiro). Em alguns lugares, também é usada a puíta, um tambor de fricção semelhante à cuíca, e chocalhos artesanais. Os cantos são liderados por um solista e respondidos em coro pelos participantes da roda. Alguns grupos ainda mantêm a tradição da improvisação dos pontos, enquanto outros preservam um repertório transmitido entre gerações.

As apresentações podem acontecer em festas juninas, comemorações de santos católicos (como São Benedito e Nossa Senhora do Rosário) celebrações do 13 de maio (data que marca a abolição da escravidão) e em encontros entre comunidades jongueiras.

Apesar dos desafios históricos, como o preconceito e a marginalização, o Jongo vem resistindo ao tempo graças ao empenho de famílias, líderes comunitários, pesquisadores e movimentos sociais.

O reconhecimento do Jongo como Patrimônio Cultural do Brasil, em 2005, contribuiu para que essa tradição ganhasse maior visibilidade e respeito. O registro reforça seu valor como forma de expressão construída por populações negras, guardiãs de memórias da escravidão e símbolo da criatividade, espiritualidade e resistência cultural no Sudeste do país. Com base em saberes transmitidos oralmente, o Jongo continua a ser reinventado por seus praticantes, sem perder os vínculos com suas raízes.

O Decreto 3551 de 04 de agosto de 2000 institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro e cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial. São passíveis de Registro os conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades; os rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social; as manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas; os mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas. A inscrição num dos livros de registro (Saberes, Celebrações, Formas de Expressão, Lugares) terá como referência a continuidade histórica do bem e sua relevância nacional para a memória, a identidade e a formação da sociedade brasileira. As partes legítimas para provocar a instauração do processo de Registro são o Ministro de Estado da Cultura, as instituições vinculadas ao Ministério da Cultura, as Secretarias de Estado, de Município e do Distrito Federal; sociedades ou associações civis.

O Conselho Consultivo do Iphan, em reunião datada de 04 de setembro de 2024, aprovou a revalidação do título de "Patrimônio Cultural do Brasil" atribuído ao bem cultural "Jongo do Sudeste", conforme o art. 7º do Decreto 3.551/2000.

Após a inscrição de um bem cultural em um dos Livros de Registro, serão realizados o planejamento e a execução de ações que viabilizem a continuidade da prática do objeto de Registro a partir das recomendações de salvaguarda apresentadas no Dossiê. Os atores envolvidos são as Superintendências do Iphan nos estados de ocorrência do bem, orientadas pela Coordenação de Promoção e Sustentabilidade, os detentores do bem cultural Registrado, os segmentos sociais e instituições envolvidas. Este processo deverá ser amplamente participativo, caracterizando uma interlocução continuada entre Estado e Sociedade. (TR 299/2015)

De acordo com as diretrizes estabelecidas no *Termo de Referência para a Salvaguarda dos Bens Registrados* (TR 299/2015), a salvaguarda dos bens Registrados deve ser compreendida como um processo. Resultando por um lado na autonomia dos detentores e, por outro, na sustentabilidade do bem cultural e de sua salvaguarda. Ou seja, com o desenrolar da salvaguarda a expectativa é que os detentores estejam mobilizados para identificar com maior profundidade a situação na qual o bem cultural se encontra, reconhecer eventuais problemas que enfrentam para a continuidade da prática, identificar aspectos da produção que precisam ser mais valorizados, assim como desenvolver estratégias para resolução de tais questões, planejar formas de execução, buscar parcerias e atuar por meio delas.

Entende-se por "salvaguarda" as medidas que visam garantir a viabilidade do patrimônio cultural imaterial, tais como a identificação, a documentação, a investigação, a preservação, a proteção, a promoção, a valorização, a transmissão – essencialmente por meio da educação formal e não-formal - e revitalização deste patrimônio em seus diversos aspectos. (Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Imaterial, 2003).

A Reunião Ampliada do Jongo da Salvaguarda no Rio de Janeiro se insere no âmbito das ações de Salvaguarda do bem.

2. Os participantes

2.1. Público estimado

Foram previstas 148 vagas para os participantes dos quatro estados, distribuídas conforme abaixo.

Estado	Vagas para detentores
ES	24
MG	8
SP	20
RJ	94
2 Vagas extras	2
Total	148

No total, contando com os técnicos e com os grupos de Jongo locais do Rio de Janeiro, estimou-se que o evento alcançaria um público máximo de 200 pessoas.

2.2. Público recebido

Assinaram a lista de presença no dia da abertura 112 pessoas. No dia 20, foram 145 assinaturas e no último dia, o número de assinaturas foi de 113 pessoas. Os técnicos do Iphan não assinaram as listas de presença.

3. A estrutura do evento

Para a realização do evento, a Coordenação-Geral de Promoção e Sustentabilidade do Departamento de Patrimônio Imaterial/Iphan, contou com a contratação da empresa Proativa Eventos Ltda, que viabilizou de maneira integral a participação dos detentores do Jongo dos quatro estados citados. Ademais, deu apoio logístico de eventos, com deslocamento de participantes entre as cidades de origem e o Rio de Janeiro/RJ, hospedagem e alimentação.

Para acompanhamento do contrato, por intermédio da Portaria DPA/Iphan nº 32, de 24.03.2025, deu-se a nomeação de gestores e fiscais, em consonância com o Artigo 22, VI, do Decreto 11.246/2022; Artigo 117, lei 14133/21 e a Instrução normativa nº 05/2017. A saber:

Alessandra Rodrigues Lima – gestora

Rafael Belló Klein – gestor substituto

Janila Betânia de Oliveira – Fiscal
Zafenathy Carvalho de Paiva – Fiscal Substituto
Luan Silveira Alves de Moura – Fiscal Setorial
Edivaldo Rocha de Sousa Menezes – Fiscal setorial
Marcelo da Silva Murilo – Fiscal setorial
Tainah Victor Silva Leite – Fiscal setorial
Evandro Domingues – Fiscal setorial

De forma ampla, gestores e fiscais atuaram conjuntamente zelando pelo êxito do evento, de modo que o ateste provisório dos serviços foi dado durante a própria execução das atividades.

O evento também contou com itens disponibilizados pela Coordenação Geral de Comunicação (CGCOM) do Iphan, que foram:

- Água mineral e lanche no primeiro dia
- Recursos Humanos: Auxiliar de serviços gerais, brigadista, fotógrafo, garçom, mestre de cerimônias, operador de equipamentos audiovisuais/som, recepcionista, segurança
- Mobiliário e materiais: cadeira plástica, mesa em pvc, porta banner, bebedouro elétrico de chão, equipamento de som/sonorização, microfone, projetor de tela para multimídia e tela para projeção.
- Diárias de transporte em ônibus entre o local do evento e o hotel; diárias de transporte em van para os passageiros do Salgueiro e da Serrinha do local de origem ao ponto do evento.

4. Preparação do evento

Uma vez nomeados os gestores e os fiscais do contrato 25/2024 no dia primeiro de abril de 2024 foi realizada uma reunião com todos os designados e com a contratada, a Proativa.

Nessa reunião foi feita a apresentação entre as duas equipes, a proposição da metodologia para coleta dos nomes dos jongueiros e discutidas algumas informações sobre a realização dos deslocamentos para a cidade do Rio de Janeiro. A íntegra da reunião encontra-se no documento SEI nº 6253289.

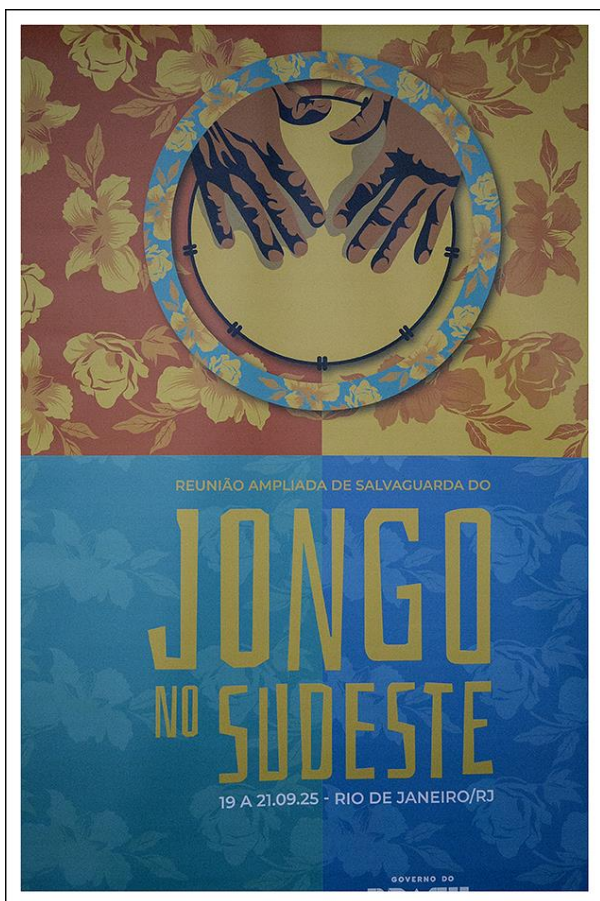
Posteriormente, a fiscal do contrato, Janila Oliveira, em diálogo com o fiscal setorial Luan Moura, convocou reuniões individualizadas com as quatro Superintendências participantes - São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo e Minas Gerais. Nessas reuniões ocorreram as indicações de participantes, os trajetos que deveriam ser realizados e a forma de acomodação.

Durante essas reuniões foram dadas instruções sobre a Lei 14.133/2021 e a Instrução Normativa nº 05/2021, sobre a distinção de papéis na execução de contrato, sobretudo a função dos fiscais. Também foram feitas referências a alguns cursos da Escola Virtual do Governo que podem ser conferidos no documento SEI nº (6332794).

Os relatos completos das reuniões de planejamento encontram-se no SEI 01450.006508/2024- 61.

4.1. Identidade gráfica

O evento contou com identidade gráfica produzida pela Assessoria de Comunicação do Iphan e aplicada nos materiais distribuídos (ecobag, crachás e caderno). O plano de Salvaguarda também foi distribuído durante o evento.



5. Metodologia de trabalho prevista

Considerando a disponibilidade dos detentores jongueiros, dos técnicos do Iphan e do espaço no Mercado Docas André Rebouças, foram previstos previamente quatro grupos de trabalho para garantir a diversidade de estados em cada um dos grupos, crachás foram numerados de 1 a 4.

Grupo	Mediador	Secretário
1	Marcelo (ES)	Martiniano (DPI)
2	Iury (DPI)	Zafenathy (DPI)
3	Tainah (MG)	Evandro (SP)
4	Luan (DPI)	Edivaldo (RJ)

Os temas foram estabelecidos com base em demandas anteriores dos próprios jongueiros e dos técnicos do Iphan. Cada tema recebeu sentenças motivadoras que ajudaram no debate do assunto. As sentenças foram redigidas em cartolina pelos mediadores/secretários e as respostas dadas pelos detentores poderiam ser posicionadas próximas a cada uma.

Previu-se que os dois temas deveriam ser tratados no dia 20 de setembro de 2025. Segue a descrição de cada um.

Primeiro tema:

“Os 20 anos de Registro do Jongo no Sudeste - avaliação de políticas públicas para o Jongo e o papel do Iphan na salvaguarda”

Sentenças motivadoras:

- a. O que mudou no jongo desde o Registro como Patrimônio Cultural do Brasil e como essas mudanças afetam como o jongo é visto pela sociedade?*
- b. Quais ações de salvaguarda foram importantes para as comunidades jongueiras? E como essas ações foram realizadas?*
- c. Quais são os desafios na comunicação com o Iphan?*

Segundo tema:

“Desafios e Avanços da Gestão Compartilhada: Ações e Planos de Salvaguarda”

Sentenças motivadoras:

- a. Quais parcerias e oportunidades de apoio e fomento foram mais impactantes e acessadas pelas comunidades jongueiras?*
- b. Quais situações de discriminação foram enfrentadas pelas comunidades jongueiras e quais estratégias foram adotadas para enfrentá-las?*
- c. O que vocês desejam para o Jongo no futuro e como envolver os jovens na salvaguarda?*

Os mediadores do Iphan também deveriam estabelecer em cada grupo, dois jongueiros ou mais para assumir a função de relatores, sendo responsáveis pelas respostas do grupo às perguntas motivadoras e por apresentarem os resultados do debate do grupo para todos os participantes.

Ao final, deveriam ser eleitas as respostas consideradas mais importantes para que fossem debatidas. O mediador do Iphan deveria explicar que o debate buscava responder à seguinte pergunta: *Quais recomendações podemos fazer para o tema considerando os contextos atuais?*

É importante que os mediadores contextualizem questões relativas à limitação de recursos orçamentários e humanos no Iphan, crescimento do número de bens, parcerias, acesso a editais de fomento, problemas de valorização dos mestres, dificuldades de diálogo, racismo religioso, desafios de pensar a salvaguarda do jongo enquanto um bem regional, relação entre as comunidades e o poder público local, dentre outras.

Os resultados deveriam ser apresentados inicialmente no grupo, para validação. No último dia do evento, era esperado que o conteúdo de todos os grupos fosse reunido e apresentado.

Para finalização dos grupos, no dia 20 de setembro de 2025, os dois relatores jongueiros de cada grupo teriam 5 minutos para compartilhar as recomendações no espaço geral.

Para o domingo, último dia de evento, a sistematização dos conteúdos seria feita por dois técnicos do Iphan: Zafenathy e Martiniano.

5.1. Metodologia realizada

Os quatro grupos previstos foram formados e comandados pelas duplas acima citadas. Os mediadores e secretários estimularam a designação de relatores em cada um dos grupos. A dinâmica aconteceu conforme previsto. Os temas foram debatidos no dia 20 e, no dia 21, ocorreu o “*Fala, Jongueiro! Fala, jongueira*” com a manifestação dos detentores.

5.1.2. Desenvolvimento das temáticas

Tema 1 - “Os 20 anos de Registro do Jongo no Sudeste - avaliação de políticas públicas para o Jongo e o papel do Iphan na salvaguarda”

No grupo liderado pelos técnicos Marcelo e Martiniano foram eleitos como relatores os detentores Rosimar e Prof. Wellington. Foi apresentada então a primeira sentença motivadora do **tema 1 - “*O que mudou no Jongo desde o registro e como tais mudanças afetam como é visto pela sociedade hoje.*”** Marcelo também ressaltou a questão 1 dizendo que o reconhecimento do Jongo pelo Estado é um início de reparação e pode servir como uma certa mudança.

Uma detentora comentou que ao analisarem a questão, deveriam ponderar como as diferentes sociedades veem o jongo. Marcelo ressaltou que a ponderação nem sempre seria necessária, mas que o Jongo é visto de forma diferente em cada lugar.

Durante o decurso da atividade, houve a sugestão de que o grupo fosse subdividido, o que não ocorreu. O relator Professor Wellington argumentou que o Jongo deve ser referenciado segundo a sua aceitação na sociedade, pois há certos lugares em que o Jongo não entra, não é aceito.

Os jongueiros ressaltaram que a comunidade conhece o Jongo, mas a sociedade mais ampla não o reconhece. Na cidade de Indaiatuba, em São Paulo, há

quem nunca tenha tido contato com o jongo. Há legitimação pelo poder público e, após 20 anos de registro, ainda não há garantia de direitos. É preciso evoluir a política.

Atualmente o sentido de pertencimento ao território quilombola e à comunidade jongueira está associado à agricultura (devido a sua centralidade na vida) e ao Jongo, como símbolo da diáspora da escravidão. Acredita-se que tudo isso se deve à resistência do movimento negro.

Há mais facilidade de acesso às políticas públicas, após o aumento do interesse das pessoas e de mais respeito à cultura. Os jongueiros estão conquistando o direito de falar. A divulgação também cresceu, hoje está se expandindo pelas escolas, mas ainda de forma incipiente.

Outras questões, no entanto, continuam sem resolução, como a salvaguarda dos próprios mestres, que são tidos como patrimônio.

A seguir, foi dada ênfase sobre a segunda sentença motivadora do tema 1- Quais ações de salvaguarda foram importantes para as comunidades jongueiras? E como essas ações foram realizadas?

Uma detentora comunicou o apoio das comunidades direcionado ao Encontro Anual Paulista de Jongueiros, que conta com a intermediação do Iphan para solicitar transporte às Prefeituras. Outro exemplo é o intercâmbio que tem ocorrido entre as comunidades do norte e do sul do Espírito Santo. As interações entre mestres e jovens têm fortalecido os diálogos.

No âmbito político, a presença dos editais Aldir Blanc tem sido uma importante ação, juntamente com o reconhecimento pelo Iphan de comunidades quilombolas, onde há a presença de Jongo.

Foi relatada a falta de visibilidade do Jongo em Santo Antônio de Pádua em detrimento de outros bens que conseguem apoio, como a Folia de Reis e o Boi. O mesmo ocorre em Miracema, onde falta apoio do poder público, sobretudo municipal, havendo ainda muito preconceito.

De modo geral, a falta de apoio dos poderes públicos foi questionada.

No sentido de haver algum encaminhamento para as questões, foi proposta a última sentença motivadora: ***Quais são os desafios na comunicação com o Iphan?*** O relator propôs que representantes do Iphan deveriam se deslocar mais até as comunidades jongueiras para verificar mais de perto a realidade. Visitas menos técnicas e mais centradas na realidade.

Segundo os jongueiros, precisar concorrer a editais de fomento produz rupturas entre as comunidades tradicionais. O que se propõe é uma política de salvaguarda anual. Os grupos tradicionais não têm conseguido aderir às tecnologias da inteligência artificial nos seus projetos, concorrendo em desigualdade com outros produtores de projeto.

A dificuldade de acesso às Prefeituras foi tema recorrente, sendo relatado que, quando apresentado o aval do Iphan, as coisas são facilitadas. Mesmo na comunicação com o Iphan, foi alegado que às vezes não há respostas.

Por fim, foi apresentado o caso da mestra Jongueira Amarilda, que receberá o título de doutora *honoris causa*. A jongueira está sendo escoltada pela polícia, pois está sendo ameaçada de morte por questões fundiárias. Mais detalhes do assunto não foram revelados.

Reafirmou-se a necessidade de fortalecer a cultura, de dançar jongo no terreiro e também de garantir canais de contato com outras instituições, com secretarias e de reforçar a segurança pública.

Foi proposto como encaminhamento que o Jongo deve ganhar mais espaço nas escolas, nas prefeituras, nas universidades. Os encaminhamentos ficaram assim resumidos:

- 1) Incrementar a presença física do Iphan na articulação com os entes federados.
- 2) Dispor de fomento para todas as comunidades, evitando os editais.
- 3) Apoiar a aprovação da lei de salvaguarda dos mestres. Eles são bibliotecas vivas.

Em outro grupo, Iury e Zafenathy apresentaram a primeira sentença motivadora: *O que mudou no Jongo desde o registro e como tais mudanças afetam como ele é visto pela sociedade hoje.*

A visibilidade é citada como fator de destaque, fortalecendo o Jongo enquanto manifestação cultural. Além disso, o reconhecimento pelo Iphan teria potencializado a comunicação com o poder público local municipal, tornando o grupo Dito Ribeiro uma referência em patrimônio cultural. O espaço sede do grupo foi adquirido junto ao município de Campinas via interlocução mediada pelo Iphan, por exemplo.

Entretanto, a falta de orçamento tem comprometido algumas ações de salvaguarda, ainda que o Iphan contribua com a união e o crescimento de grupos, oferecendo apoio para formação e acesso a oportunidades de fomento.

Por outro lado, o Iphan distancia os jongueiros ao não realizar com frequência eventos como a Reunião Ampliada. Também se considerou necessário ampliar a comunicação junto ao Iphan, determinando um canal direto para as comunidades jongueiras em seus respectivos estados.

O racismo religioso foi lembrado como sendo um desafio enfrentado frequentemente. Uma detentora ressaltou que acredita na importância dos Registros em âmbito local, uma vez que isso reforçaria a proteção à manifestação cultural, sugerindo ainda o envio de uma carta aos municípios onde há grupos de jongo. Outro detentor sugere que a comunicação seja encaminhada aos municípios pelo Iphan.

Como o grupo anterior, esse acredita que há muitas dificuldades de acesso ao poder público municipal pela comunidade jongueira e que o Programa Jongo nas escolas deve retornar ao currículo, facilitando a transmissão intergeracional. Foi comunicado que os encontros das comunidades jongueiras têm servido como importante estratégia de articulação entre os pares.

Os jongueiros assinalaram que consideram importante a retificação do nome para Jongo Caxambu, visto que em algumas regiões há dúvida se seriam os dois nomes para uma mesma manifestação cultural.

Outra questão importante que foi apontada refere-se ao acolhimento dos novos grupos pelos próprios jongueiros, uma vez que a situação tem sido de atritos. Esse grupo inclusive organizou um material com informações de cada grupo e o seu passado e presente no âmbito do jongo/caxambu.

Tema 2 - “Desafios e Avanços da Gestão Compartilhada: Ações e Planos de Salvaguarda”

No grupo liderado pelos técnicos Marcelo e Martiniano, foram mantidos como relatores os detentores Rosimar e Prof. Wellington.

A primeira pergunta motivadora do Tema 2 foi a seguinte: Quais parcerias e oportunidades de apoio e fomento foram mais impactantes e mais acessadas pelas comunidades jongueiras?

Foram citadas as políticas públicas PNABs, PROAC de São Paulo, atuação da Palmares e editais de fomento municipais de Indaiatuba. Sobre os grupos de Angra dos Reis, foram destacadas as parcerias com a Serrinha, as visitas e oficinas itinerantes, Encontro nas Comunidades viabilizados por emenda parlamentar.

Há dificuldade até mesmo de acesso aos editais e, após transpor esse obstáculo, os detentores acham complicado escrever os projetos. Uma detentora relatou que não é incomum dividir os recursos de um edital entre várias comunidades. A capacitação nessa área é um tema sempre lembrado pelos jongueiros.

Ainda contemplando vias de fomento, foram mencionadas as emendas parlamentares, as parcerias com a UFRJ, com trabalhos de memória, artísticos e social. As expectativas colocadas nos editais precisam de uma análise mais demorada, uma vez que em geral editais são destinados à execução de projetos e, em alguns casos à premiação. Algumas falas evidenciaram que o envolvimento de muitos jongueiros pleiteando e recebendo os recursos de um edital, como no caso do Pró-Carioca, fez com que não houvesse muito retorno para cada um.

Outro problema é a condução de projetos contemplados via edital, os quais exigem acompanhamento burocrático fazendo com que três mestres já se encontrem em situação de inadimplência. A capacitação de jovens também é vista como uma forma de integração dos jovens às comunidades jongueiras, que ainda poderiam executar o projeto trabalhando em oficinas de audiovisual e produção de material.

Posteriormente foi trabalhada a segunda sentença do Tema 2. Quais situações de discriminação foram enfrentadas pelas comunidades jongueiras e quais estratégias foram adotadas para enfrentá-las?

Uma professora que usa a indumentária do jongo no seu trabalho relatou sofrer preconceito por parte de pais, um casal chegou a solicitar a sua demissão. Outro participante ressaltou que cotidianamente não usa suas guias, pois sofre preconceito por ser da umbanda. Também sua filha sofre na escola por ser taxada de “filha de macumbeiro”. Outra participante comentou que dentro do próprio jongo, muitas vezes não se pode falar muito de espiritualidade, dos ancestrais, do tambor, da umbanda, de todo esse legado.

Também foi citado um caso em que uma mãe impediu a participação do filho em atividades relacionadas ao jongo na escola porque não queria que ele “aprendesse macumba”.

Outro participante reafirmou a existência da discriminação, enfatizou que na transição para a puberdade não é incomum que os indivíduos migrem para outras instituições. Ressaltou também que embora não haja proibições explícitas da Igreja Católica, há associações entre a violência e a prática da capoeira e entre o Jongo e a macumba.

O Deputado Pastor Henrique Vieira foi citado como uma exceção a essas práticas, uma vez que ele promove a diversidade. Seriam importantes outros tipos de parcerias para disponibilizar cursinhos, como o pré-vestibular e audiovisuais. Há a preocupação com material também.

Ficou a indagação sobre como deve se combater essa “castração”. Uma senhora católica, que sempre esteve vinculada ao Jongo e à Folia de Reis, ressaltou que sofreu racismo algumas vezes quando trabalhava como babá e não foi capaz de assimilar a situação imediatamente.

Foi comentado pelo grupo também que após a pandemia o acesso a recursos aumentou, sobretudo com a participação em conselho de cultura popular.

Ainda foi debatida a última sentença do tema 2 - O que vocês desejam para o Jongo no futuro e como envolver os jovens na salvaguarda?

Em primeiro lugar foi citada a capacitação: a necessidade de fomento que possibilite viver da cultura. Mais uma vez foi citado o desejo de não participar de editais, de evitar competição. Há um desejo de fazer com que o jovem se interesse

mais pela cultura e que tenha condições de sustentabilidade, pois o jovem imerso na comunidade pode fazer escolhas danosas, como a criminalidade.

Outro jongueiro não concorda que o jovem não esteja participando, mas há uma dificuldade geracional no universo das tecnologias. É preciso cuidar para que os jovens não deixem o grupo.

Foi feito o relato acerca de umaicineira da secretaria de cultura, de uma comunidade muito violenta. Ela pediu apoio para desenvolver projetos que contemplassem crianças em situação de vulnerabilidade, o que não foi concedido. Mesmo assim, por conta própria, ela tem envidado esforços para levar o jongo até as crianças. Os pais preferem essa atividade do que verem os filhos com um futuro obscuro.

A autonomia para o Jongo também foi um fato ressaltado, uma vez que o Jongo de São José produz bonecas e produz os próprios recursos. O mesmo com o artesanato e camisas do Jongo do Pinheiral. Alguns participantes questionaram se receber o recurso do governo não seria um direito e alegaram que os mestres não possuem renda, que não é possível viver do Jongo.

O técnico do Iphan no ES ressaltou a necessidade de centrar o assunto nos desafios e encaminhamentos do Jongo para os próximos anos. Foi dito que é preciso pensar nas políticas públicas, pois elas são um direito e que é preciso integrar os conselhos.

Um jongueiro, que também é cantor, retomou a temática do racismo nesse meio.

A falta de espaço próprio, de sede, também gera dificuldade aos grupos jongueiros e há um grande desejo por capacitação profissionalizante. Foi feito o encerramento com o desejo de aposentadoria para os mestres, e a urgência da lei dos mestres.

O grupo acompanhado por Iury e Zafenathy também debateu o segundo tema e suas sentenças motivadoras.

Sobre *“quais parcerias e oportunidades de apoio e fomento foram mais impactantes e mais acessadas pelas comunidades jongueiras”*, foram citados os seguintes itens:

- Oficinas de incentivo e aproximação entre jovens e mais velhos por meio da parceria público-privado
- Formação de jovens para o acesso a editais de fomento;
- Parceria entre Miracema e Serrinha com captação de recursos por meio de editais. Assim, foi possível criar dois eventos e adquirir uma sede para o coletivo. Outro exemplo de ação “Serrinha: contação de história”, reforçado pelo Mestre Rogério, que cita ainda a utilização do espaço-sede da Serrinha quando é necessário.
- União entre as comunidades jogueiras na realização de eventos e na troca de informações. Necessidade de uma nova rodada de integração entre as comunidades do RJ, que poderia ser intermediada pelo Iphan. Quando nossos desejos são compartilhados, se tornam políticas públicas.
- A problemática do cenário atual, com maior quantidade de oportunidades de fomento (lei Aldir Blanc, Paulo Gustavo) ao mesmo tempo que contribui prejudica, porque aumentam as distorções entre as comunidades. Há grande preocupação com o futuro, mas é preciso olhar para o presente, valorizar os grupos atuais, os mestres e mestras etc.
- Solicitar às instituições públicas a efetividade das políticas de salvaguarda.
- Inclusão do Jongo na educação e no currículo escolar.
- Foram relatados episódios de racismo religioso durante as festividades de Cosme e Damião.
- Também foram relatadas ações exitosas contempladas com recursos públicos por meio de visitas de lideranças jovens e mestres mais velhos em diferentes comunidades jogueiras do estado de SP.
- O encaminhamento formulado foi a inclusão de ações e projetos de forma continuada.

6. Fala, jogueiro/Fala, Jogueira!

Os jogueiros sentiram necessidade de expor algumas questões do seu cotidiano, como o fato de que uma participante se encontra com escolta policial, por questão de titulação de terra. Também falaram de outros problemas mais gerais como a educação e a saúde.

Aprovaram a ação do Iphan em alguns aspectos, mas disseram ter também muitas críticas. Relembrou o projeto Rede de Memória do Jongo Caxambu. Ressaltaram a necessidade de orçamento para os seus projetos e de capacitação/formação. Falaram da importância da memória, de não se esquecer quem se é fazendo alusão à história da árvore Baobá, tida como a árvore do esquecimento. Diz a lenda que são necessárias “nove voltas para o homem e sete voltas para mulher esquecer o passado da terra natal”.

O 1º Encontro de Jongueiros, ocorrido em Santo Antônio de Pádua, foi mencionado. Foi nessa época que foi criada a Rede de Memória já citada. Há uma grande preocupação com a hierarquia no âmbito das relações do Jongo, o que não vem sendo considerado pelos mais jovens. Os jongueiros acreditam que as relações vivenciadas com sentimentos ruins causam adoecimento espiritual. Foi ressaltado que novos integrantes não estão respeitando os antigos da forma como deveriam.

Uma integrante falou das diferentes formações dos grupos, enfatizando que existem muitos grupos em São Paulo hoje, mas com perfil diferente do tradicional.

A comunidade mais antiga de SP é de Tamandaré, seguida por Piquete e São José dos Campos. Em 2006 ocorreu o primeiro encontro paulista de jongueiros. Hoje já há 11 comunidades e ainda há comunidades para entrar. Havia jongueiros de São Paulo das comunidades de Barra do Pirai, Campinas e Cubatão, dentre outras. Sobre Taubaté, foi dito que os grupos sofreram um corte geracional – mas que o jongo pode ser retomado, dando origem a novas comunidades.

Uma jongueira deu seu exemplo de superação ao mencionar que foi escolhida num grupo de dez homens para cursar faculdade e completou dizendo que os jongueiros necessitam “compartilhar” como ela, que vai para todos os lugares com saia, com roupa de Jongo. Foi comentado que há uma grande necessidade do Jongo de São Paulo conhecer o jongo do ES, RJ e MG.

Um participante relatou uma questão em que o Ministério Público usou a intermediação de um CNPJ empresarial para que os jongueiros tivessem acesso a uma premiação de 500 mil. Nesse tipo de questão, foi solicitada a ação do Iphan.

É preciso ter cuidado com produtoras e produtores culturais que tentam atravessar o lugar de lideranças, de mestras e mestres.

Foi evidenciada a ancestralidade da comunidade do Salgueiro, que segundo consta, existe desde os tempos coloniais e que ofereceu como cortesia aos mestres presentes, um doce de mamão verde, incorporado ao buffet.

Dado o avançar do tempo, foi comunicado que virtualmente seria feito um documento de redação final com os encaminhamentos do encontro.

A secretaria de Cultura do Ministério da Cultura informou ainda sobre a importância do Sistema Nacional de Cultura. Haverá reestruturação, portanto, a partir de uma lei já existente. Falou da responsabilidade entre o ente Federal, Estado, Município e a sociedade civil. Depois da aprovação da documentação, irão acompanhar e propor discussões com secretarias de estado e municipais – com os conselhos, de vários níveis, de cultura. O Iphan terá ação coordenada com o MinC para saber como melhor fazer as visitas e irá a todas as comunidades.

O Diretor do Departamento do Patrimônio Imaterial agradeceu aos trabalhadores da cultura. Afirmou-se que a reunião é um marco na reaproximação com as comunidades jongueiras. O desejo é que as políticas públicas se aproximem da sociedade civil.

7. Avaliação da Reunião pelos Jongueiros presentes

Foi distribuído aos jongueiros um pequeno questionário contendo 13 questões de múltipla escolha que avaliavam questões relativas à logística do evento, local e condições de realização, metodologia de trabalho e resultados; além de uma questão dissertativa em que o participante poderia expressar suas opiniões e sugestões sobre o evento. Foram recebidos de volta 34 questionários. Quando uma questão recebeu mais de uma resposta, foi considerada nula. Seguem os resultados:

Crítérios	Viagem até o RJ	Transporte ao evento	Hospedagem	Alimentação (Hotel e evento)
Muito bom	16	19	17	21
Bom	4	12	9	7
Regular	5	1	2	3
Precisa melhorar	2	1	4	3

Não respondeu	6	1	2	0
Nulo	1	0	0	0
Não participou	0	0	0	0

Crítérios	Local de abertura	Local das atividades	Limpeza dos banheiros e do local evento	Acessibilidade do local
Muito bom	22	20	17	17
Bom	9	4	9	12
Regular	1	3	3	4
Precisa melhorar	1	5	3	0
Não respondeu	0	2	1	1
Nulo	0	0	1	0
Não participou	1	0	0	0

Crítérios	Metodologias	Condução das atividades	Relevância dos temas debatidos
Muito bom	10	16	13
Bom	14	11	15
Regular	6	2	3
Precisa melhorar	3	4	1
Não respondeu	1	1	2
Nulo	0	0	0
Não participou	0	0	0

Crítérios	Kit disponibilizado	Satisfação com encaminhamentos
Muito bom	21	8
Bom	9	14
Regular	2	5
Precisa melhorar	1	3
Não respondeu	1	4
Nulo	0	0
Não participou	0	0

A questão discursiva tinha o seguinte enunciado: **O que pode melhorar para a próxima reunião? Ou tem algum outro elogio ou sugestão.**

Dos 34 questionários recebidos, 11 deles não apresentaram resposta para essa questão.

Alguns jongueiros parabenizaram todos os aspectos do encontro.

Foi tudo perfeito. Não precisa mexer em nada. Essa é a minha opinião.

Para mim está tudo ótimo. Fui muito bem recebida. Só tenho a agradecer. Vocês estão de parabéns!

Agradecimentos aos trabalhadores do Iphan. Muito atenciosos e incansáveis. Estão de parabéns!

Apesar dos transtornos com alguns grupos de pessoas, foi muito proveitoso o encontro. Obrigado a todos os organizadores. Parabéns.

A comida do evento foi maravilhosa.

Comida maravilhosa servida no evento.

Parabéns. Tudo perfeito! Que nossos ancestrais iluminem cada um para que possam levar nossas reivindicações para o governo, pois o jongo precisa de ajuda. Que abençoados sejam!

A equipe é bem atenciosa e prestativa. A comida foi boa

Quanto às queixas, os comentários mais recorrentes vinculavam-se à logística da hospedagem ou às próprias condições de hospedagem, estendendo-se ao cardápio servido no hotel ou ainda se referiram ao local da reunião como sendo um ambiente bastante quente.

Tentar priorizar a estadia do grupo no mesmo local.

Organização das hospedagens.

O local que ficamos hospedados precisa melhorar muito, pois no quarto não tinha frigobar. Tinha buracos na parede. A alimentação não estava muito boa. Recomendo que disponibilizem água nos quartos para os hospedados. A comida do hotel estava horrível, pouca variedade.

Não tinha frigobar no quarto, então não tinha onde armazenar água.

A hospedagem ficou confusa, não teve uma articulação com as lideranças.

O encontro foi excelente, mas por ser aberto, prejudicou a dinâmica dos grupos. A empresa que organizou as passagens/hospedagem é muito ruim e desorganizada. Deixou tudo para a última hora, as emissões das passagens, não respeitando o horário de término do evento.

O evento ocorreu em um local sem ventilação, com condições climáticas que não favoreciam as atividades da reunião. Pensar em um local adequado aos mais velhos, às crianças e ao público em geral. Por fim direcionar uma escuta melhor sobre o fazer coletivo da rede.

O local da atividade foi bom, mas na atividade em grupo, ficou difícil de ouvir (barulho de carro)

Lugar das atividades muito quente.

Lugar quente.

O local onde aconteceram as atividades estava muito quente.

Ventiladores no local da reunião.

Também houve menções aos motoristas:

Motoristas de ônibus mal-educados.

Educação do motorista que estava no transporte executivo, era muito mal-educado e impaciente.

Como sugestões para um próximo encontro, foram fornecidas as seguintes:

Incluir temas como gestão, inclusão e sustentabilidade nas comunidades jongueiras. Sugiro que essas reuniões sejam pontuais, sendo feitas por região. O Jongo Sebastiana do Mestre Nico é da região noroeste do estado. Que tal

reunir todos os jongos que fazem parte da região Noroeste e conhecer mais de perto suas realidades. Coloco o município de Santo Antônio de Pádua, RJ, para recebê-los juntamente com o Ponto de Cultura de Mestre Nico. Cedemos nos esforços e o que mais for preciso.

Para melhorar, as reuniões poderiam começar articulando uma fórmula mágica para duplicarem os nossos representantes que conduziram com majestosidade todo o evento e falas. Secretária Roberta Martins, Ministério da Cultura, Articulação; Deyvesson, Iphan, DPI e toda a mesa que foi muito bem representada sobretudo da Mestre de cerimônia que foi muito articulosa e conduziu muito bem o seu papel tendo em vista toda a coletividade.

E que nos próximos consigamos fazer uma roda de prévia apresentação de todas as comunidades.

Colocar mestres das comunidades junto à organização para melhor atender às necessidades das comunidades.

(Melhorar) a comunicação Iphan-comunidade.

Poderia mudar o horário das reuniões, pois os mais velhos precisam descansar na parte da manhã até um pouco mais tarde.

Sugiro que contrate pessoas para ficar com as crianças, assim as mães poderão participar das atividades e elas farão outras atividades.

Melhor distribuição das atividades, mais grupos para conhecer as comunidades, tempo para que cada um se apresente. Cada comunidade tem sua liderança, que essa liderança seja envolvida na organização do evento. O evento é do Jongo e não do Iphan.

É necessário que tragam e dialoguem com os coletivos de rua e populares que mantêm a prática do Jongo diariamente. O convite restrito às comunidades tradicionais esvazia a pauta e as ações da salvaguarda do jongo.

Verificar a possibilidade de uma van para virmos de nossas comunidades até a cidade do evento.

Ainda foram verificados os seguintes comentários:

Tem muita coisa boa ainda para ser feita.

É bom, mas precisa melhorar algumas coisas. Eu amo caxambu, eu amo cantar. Eu amo dançar e cantar. Eu amo meu pai cantando. Eu amo minha mãe dançando.

O Iphan em si precisa melhorar. Há 20 anos fazendo a mesma coisa e nada muda. Qual é o verdadeiro papel do Iphan junto às comunidades? O que mudou nesse tempo? São sempre as mesmas argumentações, não mudam. Falta o Iphan realmente conhecer e atuar nas comunidades, faltam pessoas das comunidades no Iphan. Falta diálogo, presença, participação e coletividade. Não tratar o Jongo como produto e sim como patrimônio cultural. Faltou que o Iphan propusesse às comunidades jongueiras que trouxessem seus produtos (banners, artigos que identificam os grupos).